

REFLEXÕES SOBRE OS USOS DO PORTUGUÊS

ADELINA CASTELO *

A forma como se usa actualmente a língua portuguesa leva-me, enquanto professora de Português e linguista, a reflectir... São essas reflexões e opiniões que gostaria de partilhar com os leitores da *Millenium*, começando, no entanto, pela explicitação de alguns conceitos linguísticos que são indispensáveis para observar de forma crítica esta situação.

Afirmações como “Hoje em dia ninguém sabe falar Português” e “Cada vez se dão mais pontapés na gramática”, que se tornaram muito frequentes no nosso dia a dia, pressupõem a existência de um “Português correcto”. No entanto, é caso para nos perguntarmos se existe um único Português correcto, se o Português falado na Madeira ou em situações mais informais não pode ser considerado também um Português correcto. Seguindo de perto a sistematização feita em Peres e Mória (1995) e algumas distinções apresentadas em Mateus *et al.* (2003), é possível resumir o contributo da Linguística para compreender estas questões.

A Linguística, ciência que estuda a linguagem verbal humana enquanto “actividade e modo de manifestação comunicativa”¹ sob uma perspectiva descritiva (e não prescritiva), reconhece que qualquer língua apresenta simultaneamente unidade e diversidade. No caso do Português, a unidade é bem visível no facto de falantes de várias regiões e níveis socioculturais conseguirem compreender-se mutuamente; a diversidade é igualmente notória, já que as formas de usar a língua variam bastante em função de características do falante como a origem geográfica, a idade e o nível sociocultural. A mesma ciência chama a estas formas de usar a língua variedades linguísticas e classifica-as como geográficas ou dialectos (quando dependentes da origem geográfica do falante), sociais ou sociolectos (quando relacionadas com certos grupos sociais, que poderão ser definidos em função do nível de escolarização, da idade, da profissão...), situacionais ou registos (sempre que associadas a determinado contexto comunicativo), e individuais² ou idiolectos (relativas ao modo próprio de cada falante usar a sua língua).

Perante tal panorama, tornam-se lícitas questões como “Será que todas as variedades de uma língua têm o mesmo valor?” e “Então não existem erros

* Assistente do 2º Triénio da Área Científica de Português da Escola Superior de Educação – Pólo de Lamego do Instituto Superior Politécnico de Viseu.

¹ Carvalho (1979: 59).

² Omitimos a referência às variedades históricas por serem pouco relevantes para o tópico em discussão.

linguísticos?”.

Para a primeira questão, são possíveis duas respostas diferentes, consoante a perspectiva que se adopte. Do ponto de vista estritamente linguístico, todas as variedades são consideradas igualmente válidas, interessantes e dignas de estudo, já que constituem um sistema linguístico lógico e que permite fazer o que faz qualquer língua natural, isto é, exprimir todos os pensamentos...³. No entanto, do ponto de vista social, verifica-se a necessidade de se escolher uma norma, uma variedade padrão, isto é, uma variedade que desempenhe funções de modelo linguístico e de garante da manutenção de uma certa unidade (e.g. permitir a comunicação entre os falantes de todo o país, ser ensinada como língua materna e como língua estrangeira, ser utilizada nos documentos oficiais escritos, servir de modelo na elaboração de instrumentos de trabalho e de consulta sobre a língua, etc...) e que, conseqüentemente, goze de maior prestígio em relação às outras.

No Português Europeu, a chamada variedade padrão é constituída pelo “conjunto dos usos linguísticos das classes cultas da região Lisboa-Coimbra”⁴, sendo as restantes variedades mais ou menos valorizadas, conforme se aproximem mais ou menos desta norma-padrão. São de salientar duas das razões que Peres e Mória (1995) propõem para fundamentar esta eleição: a escolha do dialecto da zona de Lisboa-Coimbra pode dever-se ao facto de, por motivos geográficos e históricos, este se ter tornado o dialecto mais facilmente inteligível pelo conjunto dos Portugueses; a opção pelo sociolecto das pessoas mais cultas poderá relacionar-se com a possibilidade que tal escolha oferece de se manter o acesso ao património cultural escrito (que foi produzido na variedade utilizada pelas pessoas com um maior nível de escolarização).

Para responder à segunda questão, podemos recorrer igualmente às ideias sistematizadas em Peres e Mória (1995): uma dada realização linguística constitui um erro sempre que não está plenamente integrada na variedade que se deveria utilizar na situação (quer por ser uma ruptura relativamente a esse subsistema da língua, quer por não ser plenamente aceite pela comunidade de falantes dessa variedade). Por exemplo, utilizar o famoso *bué* numa situação formal constituiria um erro linguístico, já que não faz parte da variedade que se deve utilizar nesse contexto, a variedade padrão.

No entanto, os mesmos autores recordam que, quando uma realização linguística em ruptura com o subsistema começa a ser integrada pela comunidade de falantes, essa realização pode dar origem a uma reestruturação da variedade, isto é, pode levar a uma mudança linguística na variedade. De facto, uma das propriedades das línguas naturais (e, conseqüentemente, das suas variedades) é o facto de serem dinâmicas. No Português padrão actual, temos um exemplo muito concreto de como,

³ Cf. Fromkin e Rodman (1983: 13).

⁴ Cunha e Cintra (1984:10).

paulatinamente, se pode ir “instalando” a reestruturação de uma variedade: os pronomes pessoais átonos, que, em muitos contextos frásicos, deveriam ocorrer antes da forma verbal (e.g. *Todos os verbos volitivos e optativos se fazem anteceder...; Também se sabe que existe...*), são cada vez mais utilizados depois dessa forma, independentemente do contexto frásico (cf. as frases agramaticais registadas em textos escritos de alunos universitários⁵: **Todos os verbos volitivos e optativos fazem-se anteceder...; *Também sabe-se que existe...*).

Tendo em conta estes esclarecimentos da Linguística, podemos reflectir de uma forma mais rigorosa sobre o modo como se usa actualmente o Português.

As diferentes valorações atribuídas pela Linguística e pela sociedade às variedades de uma língua permitem-nos considerar que o emprego de variedades não-padrão associadas às origens do falante é ajustada apenas em certas situações. Assim, a variedade padrão deve ser utilizada em situações formais ou quando se procura comunicar com falantes que desconhecem a variedade ligada às nossas origens. Seria desadequado tanto procurar usar uma variedade associada a um grupo social pouco escolarizado numa entrevista profissional, como procurar usar um dialecto da zona do Alentejo para falar com um minhoto. Em ambos os casos, a variedade padrão, embora não seja superior às outras do ponto de vista linguístico, será a mais ajustada, uma vez que representa a unidade da nossa língua. Nas restantes situações (e.g. quando falamos com a nossa família), é perfeitamente adequado o emprego da variedade associada à nossa história pessoal (origem geográfica, nível de escolarização, faixa etária...).

Tal proposta pode parecer muito ideal. Contudo, basta olharmos para o nosso próprio desempenho linguístico para nos apercebermos de que mudamos frequentemente de variedade (nem que seja de variedade estilística) em função do nosso interlocutor. Podemos fazê-lo de forma mais ou menos correcta, mas é certo que o fazemos.

Aliás, um dos papéis do ensino básico é precisamente o de garantir que todos os jovens aprendem a dominar a variedade padrão, além das outras variedades que conhecem eventualmente. Contudo, constata-se que isso nem sempre acontece. Assim, considerando os usos linguísticos de muitos portugueses, parece-me pertinente destacar essencialmente dois grandes problemas: (i) o desconhecimento do modo como funciona a língua (padrão) e (ii) uma certa dificuldade em questionar os seus próprios usos linguísticos e em procurar adequá-los às situações comunicativas.

É possível enumerar diversas situações em que tais problemas são visíveis. Por exemplo, na sala de aula, muitos dos alunos falam com os professores e com os colegas

⁵ Mateus *et al.* (2003: 852).

quase como falam nos intervalos, não distinguindo situação comunicativa formal de situação informal: praticamente a única adequação que fazem ao contexto é a de usar uma forma de tratamento deferente para o professor, mantendo construções frásicas e vocabulário próprios de situações informais. As produções escritas dos alunos (mesmo as dos alunos do Ensino Superior) mostram igualmente, com alguma frequência, que os seus autores têm dificuldade em distinguir o estilo escrito do estilo oral, já que incluem nessas produções palavras (e.g. *'tar, cadeira* por *disciplina, um bocado*), expressões (e.g. *não querer saber de...*) e até construções (e.g. *A Matemática penso que é uma disciplina...* em vez de *Penso que a Matemática é uma disciplina...*) próprias da oralidade. Muitas vezes a própria estrutura do texto parece uma mera transcrição do pensamento: as ideias são enumeradas, sem se estabelecerem as devidas conexões e sem se verificar uma progressão temática, as frases sofrem reformulações abruptas, etc.

Nos dois casos referidos, a dificuldade em adequar o estilo à situação comunicativa poderá ser atribuída a diferentes causas: falta de consciência de que determinadas expressões se encontram associadas a estilos informais; desconhecimento das expressões próprias dos estilos formais; falta de hábito de reflectir sobre o uso da linguagem de modo a reconhecer que se devem adoptar diferentes modos de falar conforme a situação comunicativa; e até um certo desleixo habitual ao nível dos comportamentos e atitudes que diminui a sensibilidade para distinguir diferentes situações sociais.

Outra situação problemática frequente consiste no uso incorrecto de palavras, expressões e estruturas frásicas. Como exemplo, pode-se destacar os famosos *controlar a rotunda, ter o castrol alto, medir a atenção, haviam muitos carros* (em vez de *havia...*), *irei-me defender* (em vez de *ir-me-ei defender*) e *sine die* (pronunciado por uma jornalista como se fosse uma expressão inglesa, o que dá qualquer coisa como “syne day”!). Nestes casos, já não se trata de falta de adequação a um registo linguístico, mas de verdadeiro desconhecimento de aspectos importantes da língua – nomeadamente aspectos ligados ao seu vocabulário (cf. os três primeiros exemplos), à sua estrutura sintáctica ou à origem das locuções nela integradas (cf. o último exemplo) – e de uma certa incapacidade de analisar as suas produções de forma crítica (concretamente, bastava pensar que não se diz *hãõ muitos carros* para perceber que o plural no verbo em *havam muitos carros* constitui uma ruptura com a gramática do subsistema que se pretende usar).

Estes exemplos ajudam-nos a perceber que, embora o uso de formas próprias de variedades não-padrão seja admissível em muitos contextos, se verificam, de facto, muitos erros no modo como se emprega actualmente o Português, sendo necessário procurar ultrapassar estas dificuldades.

Para melhorar este estado de coisas, proponho várias “soluções”, todas elas (razoavelmente) acessíveis aos falantes da língua, já que todas elas se aplicam sobretudo ao nível individual, passando por um esforço pessoal para melhorar num ou noutro aspecto. Afinal de contas, frequentemente os grandes feitos são compostos por acções aparentemente pequenas! Se se quer mudar a situação do Português actual, convém começar por melhorar o nosso modo pessoal de o usar, por elevar o nível do nosso idiolecto, não esquecendo todas as vantagens associadas a um bom domínio da oralidade (e.g. capacidade de expressar exactamente o que se quer dizer, possibilidade de evitar que os erros orais passem para a escrita, valorização da própria imagem...).

Assim, destaco algumas ideias que, a meu ver, poderão ajudar a melhorar o uso do Português, se as procurarmos pôr em prática e sugerir aos que nos rodeiam (nomeadamente aos nossos alunos):

- (i) ler bons livros, já que nas obras (de literatura, de história, etc.) podemos encontrar um vocabulário e uma morfossintaxe mais cuidados, que enriquecerão o nosso conhecimento da língua;
- (ii) procurar adequar o nosso comportamento às situações sociais em que nos encontramos de modo a ganhar uma maior sensibilidade para distinguir os diferentes contextos comunicativos e as variedades linguísticas adequadas a cada um deles;
- (iii) começar a exigir mais de nós próprios e dos outros ao nível da competência linguística (oral e escrita), assinalando e corrigindo os erros linguísticos, esclarecendo as dúvidas junto de dicionários, prontuários, gramáticas, linguistas⁶, etc.;
- (iv) desenvolver uma atitude de questionamento dos usos linguísticos próprios e alheios;
- (v) explicitar os conceitos relativos à variação linguística, mostrando que todas as variedades têm o mesmo valor do ponto de vista linguístico, mas nem todas são adequadas em qualquer contexto.

Se muitos de nós, sobretudo os professores, nos empenharmos nesta “causa”, contribuiremos para que os Portugueses dominem melhor a sua língua materna, aprendam a reflectir sobre ela e possam apreciá-la em toda a sua riqueza...

A autora gostaria de agradecer a partilha e discussão de algumas destas ideias com a sua colega Ana Isabel Silva, aquando da orientação conjunta de um debate intitulado “Português bem falado”.

⁶ No site do *Ciberdúvidas* é possível obter gratuitamente as respostas de linguistas às nossas dúvidas de Português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, José Herculano (1979). *Teoria da Linguagem*. Coimbra: Atlântida Editora.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís Filipe Lindley (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa [10ª ed., 1994].
- FERREIRA, Manuela de Barros (2001). “O Mirandês no Ano Europeu das Línguas”. In Maria Helena MATEUS (ed.). *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa*. Lisboa: Edições Colibri, pp.35-41.
- FROMKIN, Victoria e Robert Rodman (1983). *Introdução à Linguagem*. Coimbra: Liv. Almedina [tradução de I. Casanova, 1993].
- MATEUS, Maria Helena *et al.* (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- PERES, João Andrade e Telmo Mória (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- YULE, George (1996). *The Study of Language*. Cambridge: Cambridge University Press [2ª ed.].